

COORDENADOR  
**PEDRO  
LENZA**

**Márlon Reis**

Doutor em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas  
pela Universidad de Zaragoza, Espanha.  
Foi bolsista do Centro para a Democracia,  
Desenvolvimento e Estado de Direito da  
Stanford University

# DIREITO ELEITORAL

2ª edição  
2024

COLEÇÃO  
**ESQUE  
MATI  
ZADO®**

saraiva **jur**



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva *jur*

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

R375c Reis, Márton

Coleção Esquematizado® – Direito Eleitoral /  
Márton Reis; coordenado por Pedro Lenza. – 2. ed.  
– São Paulo : SaraivaJur, 2024.

560 p.

ISBN: 978-65-5362-871-7 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Eleitoral. I. Lenza, Pedro. II.  
Título. III. Série

2024-823

CDD 364  
CDU 343.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Eleitoral	364
2. Direito Eleitoral	343.9

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência de conteúdo e aquisições</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Gerência editorial</b>	Livia Céspedes
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Liana Brito Daniel Pavani Naveira
<b>Design e produção</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Alanne Maria Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	Claudirene de Moura S. Silva
<b>Revisão</b>	Amélia Kassis Ward
<b>Capa</b>	Lais Soriano
<b>Crédito de foto</b>	Felipe Feijão
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	EGB Editora Gráfica Bemardi Ltda

**Data de fechamento da edição: 12-4-2024**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 706900 CL 614168 CAE 863256

# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	VII
<i>Metodologia Esquematizado</i> .....	IX
<i>Nota do autor à 2ª edição</i> .....	XIII
<i>Introdução</i> .....	1
<b>1 COMPREENSÃO PRELIMINAR DO DIREITO ELEITORAL</b> .....	<b>5</b>
1.1. Conceito .....	5
1.2. Fontes do Direito Eleitoral .....	6
1.2.1. Fontes estatais .....	6
1.2.2. Fontes não estatais .....	12
1.3. Competência para legislar .....	13
1.4. Questões .....	13
<b>2 PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL</b> .....	<b>15</b>
2.1. Princípio democrático .....	15
2.1.1. Teorias tradicionais sobre a democracia .....	17
2.1.2. Dahl e a poliarquia .....	18
2.1.3. Democracia representativa (indireta) e democracia direta .....	19
2.1.4. Iniciativa popular .....	22
2.1.4.1. Origem .....	22
2.1.4.2. A natureza da iniciativa popular .....	23
2.1.4.3. Sentido e essência .....	23
2.1.4.4. Manifestação do soberano ou de fração do povo? .....	24
2.1.4.5. Iniciativa popular no ordenamento jurídico .....	25
2.1.4.6. Iniciativa popular e o filtro garantista .....	27
2.1.5. Democracia e liberdade de opção eleitoral .....	28
2.1.6. Democracia e princípio do pluralismo político .....	28
2.1.7. Democracia defensiva .....	33
2.2. Princípio republicano .....	35
2.3. Princípio da igualdade (isonomia) .....	37
2.3.1. Igualdade racial .....	38
2.3.2. Igualdade e sexo .....	41
2.3.3. Igualdade e gênero .....	45
2.3.4. Igualdade e pessoas com deficiência .....	47
2.3.5. Igualdade e origem geográfica .....	49
2.4. Princípio do sufrágio universal .....	51
2.5. Princípio do voto direto e secreto .....	54
2.6. Prevalência do interesse público .....	56
2.7. Participação popular ou acesso democrático .....	57
2.8. Princípio da proteção .....	61

2.9. Princípio da anualidade ou da anterioridade anual .....	68
2.10. Questões.....	70
<b>3 O SISTEMA DE JUSTIÇA ELEITORAL.....</b>	<b>73</b>
3.1. A justiça Eleitoral .....	73
3.1.1. Órgãos do Poder Judiciário Eleitoral .....	73
3.1.2. Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	73
3.1.3. Composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	74
3.1.4. Duração da investidura.....	75
3.1.5. Os advogados nos tribunais eleitorais .....	75
3.1.6. Órgãos diretivos do Tribunal Superior Eleitoral.....	80
3.1.7. Competências do Tribunal Superior Eleitoral.....	80
3.1.8. Competência em matéria jurisdicional.....	82
3.1.9. Competência em matéria administrativa.....	82
3.1.10. Tribunais Regionais Eleitorais .....	84
3.1.11. Juntas Eleitorais.....	86
3.1.12. Juízes Eleitorais .....	89
3.1.13. Poder de polícia eleitoral.....	91
3.2. O Ministério Público Eleitoral .....	94
3.3. A Defensoria Pública Eleitoral .....	98
3.4. A Advocacia Eleitoral .....	99
3.5. Questões.....	101
<b>4 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELEITORAL .....</b>	<b>103</b>
4.1. Alistamento eleitoral .....	104
4.1.1. Aspectos iniciais.....	104
4.1.2. Fechamento e reabertura do cadastro eleitoral .....	108
4.1.3. Recursos do deferimento ou indeferimento da transferência eleitoral.....	111
4.1.4. Da quitação eleitoral na transferência.....	111
4.1.5. Alistamento obrigatório, facultativo e vedado.....	111
4.1.6. Cancelamento da inscrição eleitoral .....	112
4.1.6.1. Alistamento eleitoral no exterior.....	114
4.1.7. Recursos.....	115
4.1.8. Falta no trabalho para registro ou transferência de título de eleitor.....	115
4.1.9. Encerramento do alistamento ou da transferência.....	115
4.1.10. Fraude no alistamento .....	115
4.1.11. Delegado do partido .....	116
4.1.12. Quantidade de delegados perante o juízo eleitoral .....	116
4.1.13. Representatividade dos delegados credenciados.....	116
4.1.14. Função dos delegados cadastrados no alistamento.....	117
4.2. Filiação partidária .....	117
4.2.1. Quanto ao eleitor .....	117
4.2.2. Filiação, mandato e fidelidade partidária .....	119
4.2.3. Coligações e federações partidárias.....	124
4.3. Domicílio eleitoral.....	127
4.4. Convenções eleitorais .....	129
4.4.1. Considerações iniciais.....	129
4.4.2. Candidaturas natas .....	133
4.4.3. Do local das convenções .....	134
4.4.4. Convenções eleitorais em meio virtual .....	134
4.4.5. Da propaganda nas convenções eleitorais.....	137
4.4.6. Das formas de convenções eleitorais.....	138
4.5. Registro das candidaturas.....	138
4.5.1. O registro dos candidatos .....	138

4.5.2.	Declarações necessárias e grupos vulneráveis .....	140
4.5.3.	Registro de candidaturas e pertencimento racial .....	141
4.5.4.	Publicidade da documentação .....	142
4.5.5.	Filiação .....	142
4.5.6.	Declaração de bens .....	144
4.5.7.	Quitação de débitos eleitorais .....	144
4.5.8.	Certidões de objeto e pé .....	146
4.5.9.	Propostas dos candidatos a mandatos no executivo .....	146
4.5.10.	Competência para o registro .....	146
4.5.11.	O registro das chapas .....	146
4.5.12.	Definição dos candidatos a serem registrados por partido .....	147
4.5.12.1.	Para o cargo de vereador .....	147
4.5.12.2.	Quantidade de candidatos por vaga .....	147
4.5.12.3.	Representação proporcional .....	148
4.5.12.3.1.	Inovação legal .....	148
4.5.12.3.2.	O significado jurídico-político das eleições proporcionais .....	149
4.5.12.3.3.	As candidaturas coletivas (candidaturas promovidas coletivamente) .....	151
4.5.12.3.4.	A distribuição das sobras .....	152
4.5.12.3.5.	Quantidade de candidatos a deputado estadual .....	153
4.5.12.3.6.	Quantidade de candidatos a serem lançados para a câmara dos deputados, a câmara legislativa e as assembleias legislativas ....	154
4.5.12.3.7.	Estados com mais de 20 parlamentares na câmara dos deputados .....	154
4.5.12.3.8.	Quantidade de vagas para deputado federal .....	154
4.5.12.3.9.	Quantidade de candidatos às câmaras de vereadores .....	155
4.5.13.	Falta de preenchimento das vagas na convenção .....	155
4.5.14.	Substituição de candidato .....	156
4.6.	Propaganda eleitoral .....	156
4.6.1.	Aspectos gerais .....	156
4.6.2.	O tempo da propaganda .....	157
4.6.2.1.	Propaganda antecipada .....	157
4.6.2.2.	Propaganda pré-eleitoral ou pré-campanha .....	159
4.6.2.3.	Propaganda intrapartidária .....	163
4.6.2.4.	Propaganda eleitoral .....	163
4.6.3.	Quanto à licitude da propaganda .....	165
4.6.3.1.	Propaganda eleitoral lícita .....	165
4.6.3.2.	Propaganda eleitoral ilícita .....	166
4.6.3.2.1.	Infrações administrativas .....	166
4.6.3.2.2.	Propaganda criminosa .....	167
4.6.4.	A propaganda no rádio e na televisão .....	168
4.6.5.	A propaganda na internet .....	172
4.6.5.1.	A chegada da inovação .....	172
4.6.5.2.	O desenvolvimento das normas .....	173
4.6.5.3.	A desinformação .....	174
4.6.5.4.	A propaganda eleitoral nas redes sociais .....	180
4.6.6.	Direito de resposta .....	181
4.6.7.	Propaganda eleitoral e igualdade .....	183
4.7.	Pesquisas e testes pré-eleitorais .....	185
4.8.	Votação .....	189
4.8.1.	O voto .....	189
4.8.2.	O voto eletrônico .....	190
4.8.3.	A contingência na votação .....	192
4.8.4.	O sufrágio universal .....	193
4.8.5.	Voto obrigatório .....	193
4.8.6.	Atos preparatórios .....	194

4.8.7.	Garantias eleitorais.....	194
4.8.7.1.	Salvo conduto.....	194
4.8.7.2.	Imunidade provisória .....	194
4.8.7.3.	Proteção contra abusos.....	195
4.8.7.4.	Distanciamento da força pública.....	196
4.8.7.5.	Prioridade postal.....	196
4.8.7.6.	Pessoas com deficiência .....	197
4.8.7.7.	O voto do preso.....	198
4.8.7.8.	Transferência temporária de militares e agentes de segurança pública .....	199
4.8.7.9.	Transferência temporária dos militares e agentes de segurança pública.....	200
4.8.7.10.	Transferência temporária de eleitores indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.....	200
4.8.7.11.	Transferência temporária de mesários e apoio logístico.....	200
4.8.7.12.	Transferência temporária de membros da justiça eleitoral .....	200
4.8.7.13.	Preparação das urnas.....	201
4.8.7.14.	Dos procedimentos de votação.....	202
4.8.7.15.	Alimentação e transporte de eleitores.....	203
4.8.7.16.	O voto no exterior .....	204
4.8.7.17.	A mesa receptora de votos.....	205
4.9.	Apuração.....	208
4.10.	Proclamação dos resultados .....	209
4.11.	As contas de campanha .....	210
4.12.	Diplomação dos eleitos.....	210
4.13.	Nulidade e anulabilidade dos votos: caracterização e efeitos.....	215
4.13.1.	Distinção entre nulidade e anulabilidade em matéria eleitoral .....	215
4.13.2.	Nulidades de seções e de votações: soluções distintas .....	220
4.14.	Questões.....	221
<b>5.</b>	<b>ARRECADAÇÃO, DESPESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS .....</b>	<b>225</b>
5.1.	Aspectos gerais.....	225
5.2.	Financiamento das campanhas eleitorais.....	226
5.2.1.	Recursos próprios dos candidatos .....	227
5.2.2.	Doações de pessoas físicas.....	227
5.2.3.	Doações de outros partidos políticos e de outras candidatas ou de outros candidatos .....	232
5.2.4.	Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação.....	232
5.2.5.	O fundo especial de financiamento de campanha (FEFC).....	234
5.2.5.1.	Observância da proporção de mulheres e de pessoas negras .....	236
5.2.5.2.	Reserva de fundos para candidaturas de afro-brasileiros e de mulheres no FEFC.....	237
5.2.5.3.	Uso restrito das verbas do FEFC e do fundo partidário destinadas a mulheres e a pessoas negras.....	241
5.2.5.4.	Sanções .....	242
5.2.5.5.	Contagem em dobro dos votos .....	248
5.2.6.	O fundo partidário.....	248
5.2.7.	Fonte de financiamento vedada.....	250
5.2.7.1.	Proibição de doação por pessoas jurídicas.....	250
5.2.7.2.	Sanções para a arrecadação ilícita de verbas de campanha .....	252
5.2.8.	O início da arrecadação.....	254
5.2.9.	A forma da arrecadação .....	255
5.3.	As despesas de campanha .....	256
5.3.1.	Aspectos gerais.....	256
5.3.2.	Despesas lícitas.....	257
5.3.2.1.	Restrições a gastos eleitorais .....	258
5.3.2.2.	Fogos de artifício .....	258

5.3.3. Limites de gastos .....	260
5.4. A prestação de contas eleitorais .....	262
5.4.1. Responsabilidade pela prestação de contas.....	262
5.4.2. Administração das contas pelos candidatos.....	263
5.4.3. Atuação obrigatória de contadores e advogados na prestação de contas .....	263
5.4.4. Despesas e custos comuns assumidos pelo partido .....	264
5.4.5. Contas bancárias específicas.....	265
5.4.6. Registro de candidatos no CNPJ .....	268
5.4.7. Despesas não contabilizadas de campanha.....	268
5.4.8. Legitimidade para a prestação de contas .....	270
5.4.9. O tempo da prestação de contas.....	270
5.4.10. Restos a pagar e sobras de campanha .....	273
5.4.11. O julgamento da prestação de contas.....	273
5.4.12. As contas julgadas não prestadas .....	274
5.4.13. Exceções à necessidade de registro na prestação de contas.....	276
5.4.14. O Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral – NIJE .....	276
5.5. Questões.....	278
<b>6 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADES .....</b>	<b>281</b>
6.1. Considerações preliminares .....	281
6.2. Condições de elegibilidade.....	282
6.2.1. Nacionalidade brasileira .....	282
6.2.2. Pleno exercício dos direitos políticos.....	284
6.2.2.1. Cassação, perda e suspensão dos direitos políticos .....	284
6.2.2.2. Hipóteses de perda ou suspensão .....	285
6.2.2.2.1. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado .....	285
6.2.2.2.2. Incapacidade civil absoluta .....	285
6.2.2.2.3. Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	286
6.2.2.2.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	294
6.2.2.2.5. Improbidade administrativa.....	295
6.2.3. Alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária.....	297
6.2.4. Limites etários mínimos.....	297
6.3. Inelegibilidades.....	298
6.3.1. Considerações iniciais.....	298
6.3.1.1. Conceito.....	298
6.3.1.2. Inelegibilidade, condição, sanção.....	302
6.3.2. Inelegibilidades em espécie.....	306
6.3.2.1. Inelegibilidades constitucionais .....	306
6.3.2.1.1. Inalistabilidade.....	306
6.3.2.1.2. Analfabetismo .....	306
6.3.2.1.3. Limitação à reelegibilidade.....	309
6.3.2.1.4. Renúncia para disputa de outro cargo.....	311
6.3.2.1.5. Inelegibilidade de cônjuges e parentes .....	311
6.3.2.2. Inelegibilidades Infraconstitucionais .....	317
6.3.2.2.1. Considerações preliminares.....	317
6.3.2.2.2. Perda do mandato parlamentar .....	318
6.3.2.2.3. Perda do mandato de chefe do Executivo .....	319
6.3.2.2.4. Abuso de poder econômico ou político .....	320
6.3.2.2.5. Condenação criminal .....	328
6.3.2.2.6. Crimes contra a ordem tributária.....	334

6.3.2.2.7.	Indignidade para o oficialato .....	334
6.3.2.2.8.	Rejeição de contas públicas.....	334
6.3.2.2.9.	Dirigentes de instituições em fase de liquidação.....	344
6.3.2.2.10.	Condenações em matéria eleitoral .....	344
6.3.2.2.11.	Renúncia.....	345
6.3.2.2.12.	Improbidade administrativa.....	346
6.3.2.2.13.	Expulsos do exercício de profissão regulamentada.....	347
6.3.2.2.14.	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal.....	348
6.3.2.2.15.	Servidores demitidos.....	349
6.3.2.2.16.	Realizadores de doações ilícitas .....	350
6.3.2.2.17.	Magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente.....	350
6.4.	Incompatibilidades .....	351
6.5.	A suspensão da inelegibilidade .....	356
6.6.	Questões.....	360
<b>7</b>	<b>CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>363</b>
7.1.	Considerações iniciais.....	363
7.2.	Captação ilícita de sufrágio.....	363
7.2.1.	Definições.....	363
7.2.2.	Captação ilícita de sufrágio por meio da compra de votos.....	364
7.2.2.1.	Conceito.....	364
7.2.2.2.	Caracterização.....	368
7.2.2.3.	Classificação.....	375
7.2.2.4.	Compra da abstenção.....	377
7.2.2.5.	Compra de votos indireta .....	377
7.2.3.	Captação ilícita de sufrágio por meio da coação .....	381
7.2.3.1.	Inserção no Ordenamento Jurídico .....	381
7.2.3.2.	Violência ou grave ameaça.....	381
7.2.3.2.1.	Violência.....	382
7.2.3.2.2.	Grave ameaça .....	382
7.2.3.3.	Verbalização da ameaça .....	383
7.2.3.4.	Abstenção.....	383
7.2.4.	Participação direta ou indireta do candidato .....	384
7.2.5.	A caracterização do dolo.....	387
7.2.6.	A finalidade eleitoral.....	388
7.2.7.	Identificação do eleitor.....	391
7.2.8.	Influência no resultado da votação (desnecessidade) .....	392
7.2.9.	Período de caracterização.....	394
7.2.10.	Captação ilegal de sufrágio e propaganda .....	396
7.3.	Condutas vedadas aos agentes públicos.....	396
7.3.1.	Considerações preliminares .....	396
7.3.2.	O art. 73 da Lei das Eleições.....	397
7.3.2.1.	Aspectos gerais.....	397
7.3.2.2.	Hipóteses de vedação de conduta.....	398
7.3.2.2.1.	Cessão de bens públicos.....	398
7.3.2.2.2.	Excesso no uso de materiais e serviços .....	401
7.3.2.2.3.	Cessão de servidor para campanha.....	401
7.3.2.2.4.	Uso promocional de bens e serviços de caráter social .....	402
7.3.2.2.5.	Abuso no preenchimento de cargos e funções públicos.....	404
7.3.2.2.6.	Vedação à transferência voluntária, propaganda institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão .....	404
7.3.2.2.7.	Aumento de gastos com propaganda institucional .....	406
7.3.2.2.8.	Revisão geral da remuneração dos servidores.....	407

7.3.2.3.	A proporcionalidade e a aplicação das sanções.....	407
7.3.2.4.	Improbidade administrativa e condutas vedadas.....	407
7.3.2.5.	Finalidade eleitoral do ato.....	408
7.3.2.6.	Desnecessidade de verificação do potencial impacto no resultado.....	408
7.3.3.	Abuso de poder na publicidade institucional.....	408
7.3.4.	Vedação de <i>shows</i> em inaugurações.....	409
7.3.5.	Ressarcimento de despesas de deslocamento do presidente em campanha.....	409
7.3.6.	Participação de candidatos em inaugurações.....	410
7.3.7.	Constitucionalidade da cassação do registro ou do diploma.....	410
7.4.	Questões.....	418
<b>8</b>	<b>AÇÕES E REPRESENTAÇÕES ELEITORAIS.....</b>	<b>421</b>
8.1.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	421
8.1.1.	Aspectos iniciais.....	421
8.1.2.	Rito.....	421
8.1.3.	Execução imediata.....	424
8.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	426
8.1.4.1.	Abuso de poder econômico.....	426
8.1.4.2.	Corrupção eleitoral.....	428
8.1.4.3.	Condutas vedadas e abuso de poder político.....	430
8.1.4.4.	Fraude.....	432
8.1.5.	Influência no resultado da eleição.....	434
8.2.	Ação de impugnação de registro de candidatura.....	436
8.2.1.	Aspectos iniciais.....	436
8.2.2.	Legitimidade.....	436
8.2.3.	Relevância.....	437
8.2.4.	Preclusão.....	438
8.2.5.	Rito.....	440
8.2.6.	Fim do efeito suspensivo automático.....	441
8.3.	Ação de investigação judicial eleitoral.....	442
8.3.1.	Cabimento.....	442
8.3.2.	Competência.....	444
8.3.3.	Legitimidade ativa.....	444
8.3.4.	Tempo da propositura.....	444
8.3.5.	Rito.....	444
8.3.6.	Inovação substancial.....	445
8.3.7.	Litispendência e coisa julgada.....	446
8.4.	Captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas – veículos processuais.....	448
8.4.1.	Legitimidade.....	448
8.4.1.1.	Legitimação ativa.....	448
8.4.1.2.	Legitimação passiva.....	448
8.4.2.	Capacidade postulatória.....	449
8.4.3.	Veículos processuais.....	449
8.4.3.1.	Para a apuração da captação de sufrágio vedada por lei.....	449
8.4.3.1.1.	Representação com o rito previsto no art. 22, I a XIII, da LC n. 64/1990.....	449
8.4.3.1.2.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	450
8.4.3.2.	Para a apuração das condutas vedadas aos agentes públicos.....	450
8.4.3.3.	Para a apuração conjunta de infrações a dispositivos distintos.....	450
8.4.4.	Sucessão preclusiva das instâncias eleitorais.....	451
8.4.4.1.	Preclusão <i>pro judicato</i> no direito eleitoral.....	451
8.4.4.2.	Fundamentos da medida.....	452
8.4.4.3.	Inexistência de ofensa ao princípio do juiz natural.....	452
8.4.4.4.	Como promover a sucessão preclusiva.....	453
8.4.4.5.	Precedentes.....	453

8.4.4.6.	Hipóteses de cabimento.....	454
8.4.4.7.	Aplicação à captação ilícita de sufrágio.....	454
8.4.5.	Necessidade de nova eleição.....	455
8.4.6.	Execução do julgado.....	456
8.5.	Recurso contra a expedição de diploma.....	456
8.5.1.	Constitucionalidade do rced.....	456
8.5.2.	Aspectos iniciais.....	458
8.5.3.	Legitimidade ativa.....	459
8.5.4.	Legitimidade passiva.....	459
8.5.5.	Prazo.....	459
8.5.6.	Competência.....	459
8.5.7.	Provas.....	460
8.6.	Representação por arrecadação e gastos ilícitos.....	461
8.7.	Reclamação administrativa eleitoral.....	463
8.8.	Disposições comuns às representações especiais.....	465
8.8.1.	Abrangência.....	465
8.8.2.	Análise inicial.....	465
8.8.4.	Abrangência.....	466
8.8.5.	Tutelas provisórias.....	466
8.8.5.	Prova em áudio ou vídeo.....	466
8.8.6.	Réplica.....	467
8.8.7.	Extinção ou saneamento dos feitos eleitorais.....	467
8.8.8.	Oitiva prévia do ministério público nas decisões.....	468
8.8.9.	A prova pericial.....	468
8.8.10.	Gravação ambiental.....	469
8.8.11.	Audiência de instrução.....	470
8.8.12.	Medidas instrutórias finais.....	470
8.8.13.	Encerramento da fase instrutória.....	471
8.8.14.	Últimas disposições sobre o procedimento.....	471
8.9.	Mecanismos processuais para o ataque à fraude na autodeclaração racial.....	472
8.9.1.	Apresentação do problema.....	472
8.9.2.	A questão da prova.....	472
8.9.3.	A gravidade da conduta e seu impacto na aplicação das sanções.....	473
8.9.4.	Vias processuais aplicáveis.....	474
8.7.	Questões.....	475
<b>9</b>	<b>RECURSOS ELEITORAIS.....</b>	<b>479</b>
9.1.	Introdução.....	479
9.2.	Efeitos dos recursos eleitorais.....	484
9.2.1.	Recursos em espécie.....	485
9.2.1.1.	Recurso eleitoral inominado.....	485
9.2.1.2.	Recurso ordinário.....	486
9.2.1.3.	Recurso especial.....	487
9.2.1.4.	Recurso extraordinário.....	489
9.2.2.	Embargos de declaração.....	490
9.2.3.	Agravo de instrumento.....	491
9.2.4.	Agravo interno.....	492
9.3.	Questões.....	492
	<i>Referências</i> .....	495
	<i>Anexos</i> .....	499
	Anexo 1 – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.....	499
	Anexo 2 – Tabela de Prazos de Desincompatibilização.....	503
	Anexo 3 – Enunciados da I Jornada de Direito Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral publicados na Portaria TSE n. 348/2021.....	534